

**Maria Thetis Nunes
(1923/2009) e a
Sociedade Brasileira
de Pesquisa Histórica
(SBPH): Uma
historiadora nos
embates institucionais
e epistemológicos
do saber histórico
contemporâneo***

*Antônio Fernando de Araújo Sá***

Resumo

Este artigo objetiva analisar as comunicações de pesquisa da professora Maria Thetis Nunes, nos anais dos congressos da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), como uma tentativa de matizar a interpretação recorrente da influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em sua obra, especialmente do intelectual marxista Nelson Werneck Sodré. Mesclando nacionalismo e marxismo, sua produção intelectual tem como pano de fundo duas tradições historiográficas presentes, na segunda metade do século XX: a do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a do marxismo brasileiro. Para entender as nuances entre essas tradições, inserimos a obra de Maria Thetis Nunes nos embates institucionais e epistemológicos das associações de historiadores e participação em congressos nacionais, durante os anos 1970 e o início do século XXI.

Palavras-chave: Historiografia Brasileira, Associação Nacional de História, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Maria Thetis Nunes

* Registro aqui os agradecimentos às professoras aposentadas Maria Nely Santos (UFS) e Lina Aras (UFBA), pelas sugestões bibliográficas e documentais, e aos professores José Vieira da Cruz (UFS), por disponibilizar o dossiê sobre Maria Thetis Nunes, realizado pelos órgãos de informação da ditadura empresarial-militar, e Antônio Ponciano Bezerra, pela leitura crítica, bem como aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia, pela presteza no fornecimento do material necessário para a produção deste texto, em especial Fernanda Mota de Oliveira (IGHB) e Juvemário Miranda (UFBA).

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

Maria Thetis Nunes
(1923/2009 and the
Brazilian Historical
Research Society
(SBPH): a historian in
the institutional and
epistemological clashes of
contemporary historical
knowledge

Maria Thetis Nunes
(1923/2009) y la Sociedad
Brasileña de Investigación
Histórica (SBPH): Uma
historiadora en los
choques institucionales
y epistemológicos del
conocimiento histórico
contemporáneo

Abstract

This article aims to analyze the research communications of Professor Maria Thetis Nunes in the conference proceedings of the Brazilian Society of Historical Research (SBPH), as an attempt to clarify the recurrent interpretation of the influence of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) in her work, especially by the Marxist intellectual Nelson Werneck Sodré. Merging nationalism and Marxism, his intellectual production has as a backdrop two historiographical traditions present in the second half of the 20th century: that of the Historical and Geographical Institute of Sergipe and that of Brazilian Marxism. To understand the nuances between these traditions, we insert the work of Maria Thetis Nunes in the institutional and epistemological clashes of historians' associations and participation in national congresses, during the 1970s and the beginning of the 21st century.

Keywords: Brazilian Historiography, National Association of History, Brazilian Society for Historical Research, Maria Thetis Nunes

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las comunicaciones de investigación de la profesora Maria Thetis Nunes, en los anales de congresos de la Sociedad Brasileña de Investigaciones Históricas (SBPH), como un intento de esclarecer la interpretación recurrente de la influencia del Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), en su obra, especialmente el intelectual marxista Nelson Werneck Sodré. Fusionando nacionalismo y marxismo, su producción intelectual tiene como telón de fondo dos tradiciones historiográficas presentes, en la segunda mitad del siglo XX: la del Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe y la del marxismo brasileño. Para entender los matices entre estas tradiciones, insertamos el trabajo de Maria Thetis Nunes en el ámbito institucional y asociaciones epistemológicas de asociaciones de historiadores y participación en congresos nacionales, durante los años 1970 y principios del siglo XXI.

Palabras clave: Historiografía Brasileña, Asociación Nacional de Historia, Sociedad Brasileña de Investigación histórica, Maria Thetis Nunes



Nas últimas décadas, a história da historiografia tem se constituído como campo fundamental para a reflexão sobre o debate teórico e metodológico das obras históricas, principalmente por ser um dos “principais lugares de disputa, discussão, avaliação e definição do saber histórico no país” (GEMINIANO, 2020: p. 31). Remontando à década de 1980, esse debate pode ser o ponto de partida para estudarmos a prática historiográfica de uma das principais historiadoras do século XX, em Sergipe, a professora Maria Thetis Nunes (1923-2009). Talvez o centenário de seu nascimento seja uma oportunidade ímpar para as novas gerações conhecerem sua produção intelectual, inserindo-a nos embates institucionais e epistemológicos das associações de historiadores e participação em congressos nacionais, para além das relações de sociabilidade por ela estabelecidas nessas ocasiões.

Segundo Michel de Certeau, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”. Para ele, a operação historiográfica deve ser compreendida na relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). Portanto, “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982: p. 71 e 66).

Ao mapear as colaborações da professora Thetis Nunes, nos congressos e anais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), atualmente nominada como Associação Nacional de História, e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), podemos compreender sua atuação como historiadora, no âmbito da historiografia brasileira. Entretanto, como sugeriu Wagner Geminiano, esse conceito pode e deve ser desnaturalizado, considerando-o como uma “invenção derivada de disputas políticas, institucionais, intelectuais, econômicas e culturais”, produzida, principalmente, a partir dos anos 1980. Assim, não se pode falar de uma “historiografia brasileira”, acadêmica e profissional, antes de meados dos anos 1990, “entendida tanto do ponto de vista de seus objetos quanto recorte espacial como um saber identificado ou representativo de todo o território nacional” (GEMINIANO, 2020: p. 24 e 25).



44

No âmbito da ANPUH e SBPH, a trajetória de Thetis Nunes possibilita-nos matizar a interpretação recorrente da influência decisiva do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em sua obra, ressaltando-se a influência intelectual marxista de Nelson Werneck Sodré (OLIVEIRA, 1997). Por certo, é incontornável essa presença, desde a sua monografia concluída na primeira turma desta instituição, tratando do pioneirismo do trabalho intelectual de Silvio Romero e Manoel Bomfim. Mesmo sendo publicada tardiamente, esse texto já apontava para um dos traços dominantes de sua produção intelectual: a objetividade (SANTOS, 1999: p. 53). Nessa análise, a autora destacava as ideias nacionalistas embrionárias de Silvio Romero como “um grito pelo despertar de uma consciência nacional”, ressaltando a significativa contribuição de Bomfim, ao afirmar que povos e nações devem ser classificados por “valores culturais e não os raciais”. Além da distinção entre raça e cultura, o intelectual sergipano analisou a obra dos historiadores brasileiros, a partir do viés nacionalista, elogiando Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Robert Southey, ao tempo em que combatia, fervorosamente, Francisco Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva e Oliveira Lima. Desse modo, a historiadora concluiu que as ardorosas interpretações nacionalistas de Bomfim “o inscrevem, na história das ideias do Brasil, como um dos mais autênticos pioneiros de uma ideologia nacional” (NUNES, 1976: p. 34-35 e 39).

A boa receptividade dessa monografia pelos intelectuais isebianos, como Cândido Mendes e Nelson W. Sodré, deveu-se ao fato de que o nacionalismo se tornara central, na vida política brasileira, naquela conjuntura, como destacado no opúsculo *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1959), de Nelson Werneck Sodré. Como desdobramento da calorosa recepção da monografia, Thetis Nunes “se tornou assistente do professor Cândido Mendes, contagiada pelo afã desenvolvimentista”, dedicando-se “ao estudo da evolução histórica do ensino brasileiro, donde resultou o ensaio *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*”, em 1962, com prefácio de Nelson Werneck Sodré (SANTOS, 1999: p. 200).

Mesmo sendo inegável a importância dessa instituição, na sua trajetória profissional, o seu “peso qualitativo somente poderá ser

dimensionado quando comparado com outros fatos e acontecimentos de sua trajetória” (SANTOS, 1999: p. 57). Desse modo, talvez o mais apropriado seja incluir, na análise de sua obra, o lugar social da produção, revelando sua contribuição como *persona acadêmica*, nos embates epistemológicos e institucionais, nas décadas de 1970 e 1990, na definição do ofício de historiador. Esse conceito foi formulado por João Rodolfo Munhoz Ohara, sendo apropriado por Wagner Geminiano, no sentido de “historiador disciplinado” (GEMINIANO, 2020: p. 23).

Na segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980, estabeleceu-se um embate institucional e epistemológico, entre os associados da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), criada em 1961, sobre a participação ou não dos professores não-universitários, nos quadros da entidade. Além disso, o estatuto de 1961 não facultava a participação de alunos de graduação e pós-graduandos, além dos professores primários e secundários, nos simpósios da instituição. Em 1977, a permissão de graduandos e professores dos ensinos de 1º e 2º graus como sócios trouxe dissensões que tinham como pano de fundo a definição de qual é o papel do pesquisador, do professor e sobre o ensino de história. Como apontou Bruna Silva, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) defendia que o trabalho do historiador “deveria se caracterizar como isento das paixões políticas e pelas publicações de pesquisas de alto padrão científico”, segundo Cecília Westphalen. Sob a liderança de Maria Beatriz Nizza da Silva foi presidente e editora da *Revista da SBPH*, entre 1981 e 1990, e Cecília Westphalen, que “ocupou os cargos de presidente entre os anos de 1991 e 1999, e de editora da Revista da SBPH de 1991 a 2002”, essa instituição manteve encontros anuais, com a publicação de anais e revista, ao longo de sua existência (SILVA, 2019: p. 17).

A rejeição à incorporação de professores de 1º e 2º graus (hoje, ensino fundamental e médio) decorria da interpretação de que a “História Científica seria distinta da história ensinada, portanto, avessa ou reacionária a sua vulgarização e socialização para um público leitor ‘ávido’ por história”. Ao mesmo tempo, e em continuidade a este significado, mantinha-se o “mito positivista de uma ciência pura e neutra, afastada das demandas so-



ciais e políticas de seu tempo”. Desse modo, a formação de uma sociedade alternativa à maior entidade de representação dos profissionais de história, a ANPUH, trazia consigo “a reafirmação de um dado lugar de historiador: a universidade e os cursos superiores de história, e de uma dada identidade de historiador: a do pesquisador, professor universitário, cientista da história” (GEMINIANO, 2020: p. 44 e 46).

Como nos alertou Moses Finley (1994: p. 9), não podemos esquecer que o

profissionalismo por si mesmo, o culto da pesquisa, também constitui uma postura ideológica. Se nenhum ingrediente, nenhuma ‘teoria’, é acrescentado, então nenhuma preocupação com o amplo painel do passado é desenvolvida, da mesma forma que não se vislumbra uma mudança fundamental. Tudo se transforma em mera contingência.

46



Na criação da SBPH, buscava-se “convocar os que se sentiam marginalizados pela ANPUH, desde que fossem ativos na produção científica”, entre os quais, os “pesquisadores que integravam os Institutos Históricos e Geográficos que eram associados à prática amadora da História”. Entretanto, os interessados em filiar-se como sócios-efetivos da instituição poderiam defender “diferentes correntes teórico-metodológicas”, desde que rejeitassem “manifestações de caráter político ou religioso” (MACHADO, 2016: p. 143-144). Entre os seus sócios fundadores, encontramos professores que se vinculavam às universidades e aos institutos históricos, como José Calasans Brandão da Silva e Consuelo Pondé, ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foi exercido pelo primeiro, durante os anos 1945-1947, enquanto Thetis Nunes tornou-se a mais longeva neste cargo da instituição, de 1972 a 2003. Com certeza, a amizade e afinidade intelectual com os professores José Calasans, Consuelo Pondé e Cecília Westphalen foram decisivos para a participação de Thetis Nunes como sócia efetiva na SBPH, conforme registrado na lista de sócios,

durante os anos 1980 e 1990, pela tese de doutorado de Bruna Silva (2019: p. 271 e 279).

Durante as décadas de 1970 e 1990, como professora universitária, na Universidade Federal de Sergipe, sua produção intelectual voltou-se para a história de Sergipe, após se dedicar ao tema da educação, durante o período de 1967 a 1972. Segundo Maria Nely Santos, a partir de 1972, as comemorações do Sesquicentenário da Independência fizeram com que a professora se voltasse para os arquivos, na confecção de cerca de 48 textos sobre a história em mais de 150 artigos publicados, no período de 1972 a 1999, seja como “professora-historiadora”, seja como “historiadora-articulista” (SANTOS, 1999: p. 170 e 179).

Como principal lócus de produção historiográfica, em Sergipe, o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, em diálogo com a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, principalmente, por meio de sua longa revista, estabeleceu os parâmetros para o amadurecimento teórico-metodológico da historiografia sergipana, tendo como principais representantes Thetis Nunes e José Silvério Leite Fontes.

Influenciando toda uma geração de historiadores, desde a criação da cadeira de *Introdução aos Estudos Históricos*, na então Faculdade Católica de Filosofia, até a criação do Departamento de História, na Universidade Federal de Sergipe (1968), esse historiador desenvolveu o *Projeto do Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe* (1972), que serviu de modelo intelectual para o referido Departamento, nos anos 1970 e 1980 (FONTES, 1972: p. 6-7).

Para Terezinha Oliva, a reorganização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), em 1970, coordenada pela professora Beatriz Góis Dantas, possibilitou que o professor Silvério Fontes colocasse em prática esse projeto, surgido em 1969, quando “participou do Simpósio da ANPUH, em Campinas, São Paulo. O Projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS, através da Resolução 10/72, de 18/2/1972” (OLIVA, 2018: p. 32).

Tomando como modelo o projeto de Levantamento de Fontes para a História Demográfica do Paraná, realizado pela professora



Cecília Maria Westphalen, do Departamento de História, da Universidade Federal do Paraná, Fontes formou uma geração de historiadores, no Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe, salvaguardando e divulgando fontes primárias, a fim de desenvolver a consciência histórica regional, bem como familiarizar os estudantes com os arquivos e a pesquisa histórica. Segundo Terezinha Oliva, o curso de implantação do projeto de *Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe* foi “ministrado pela Professora Odah Regina Guimarães Costa, da Universidade Federal do Paraná, [que] usou o APES como laboratório, para o treinamento das primeiras equipes” (2018: p. 33).

Desse modo, a busca por uma identidade do perfil do profissional de história, da parte de José Silvério Leite Fontes, em Sergipe, aproximava-o do projeto pedagógico da disciplina *Introdução à História*, ministrada por Cecília Westphalen, quando “implantou um regime regular de pesquisa de campo na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, concebendo-os como laboratórios da História” (MACHADO, 2016: p. 138).

As iniciativas de reorganização do Arquivo Público e o Projeto de Levantamento instituíram “a fase heurística em Sergipe e através dele foi moldada a noção de fonte histórica, estendida aos documentos dos arquivos em que atuaram professores e estudantes”. Essas ações significaram uma atualização dos historiadores sergipanos, convergindo ensinamentos da História Metodica com a renovação trazida pela Escola dos Annales (OLIVA, 2018: p. 33).

Talvez devamos acrescentar a influência difusa do marxismo, na obra de Thetis Nunes, desde sua experiência, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de meados dos anos 1950 aos anos 1960, com a presença dos pensadores marxistas, como Lukács e Nelson Werneck Sodré. Sua busca por desvendar a história de Sergipe evidenciava uma aproximação com a ideia de uma história científica, pautada na objetividade dos fatos. A preocupação metodológica, do rigor teórico e do diálogo interdisciplinar com as ciências sociais e humanas pode ser vista na definição de que a história tem por objetivo buscar



o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Da sociedade, não dos indivíduos; o fato isolado, o caso único, o episódio ir-repetível, não são susceptíveis de tratamento científico – não pertencem ao domínio da História (SODRÉ, Nelson W. *apud* NUNES, 1996: p. 11).

A citação do historiador marxista nos leva à sua concepção de história como “relação dialética, a relação entre o particular, o universal e o geral” (REZENDE, 2008: p. 186), trazendo a crítica ao marxismo vulgar e ao determinismo, com “o debate sobre o papel do indivíduo e das massas no processo histórico, a dialética da história, a historicidade”. Leitor de autores como A. Gramsci, G. Lukács e José Carlos Mariátegui, Sodré compartilhava com esses estudiosos a crítica à “postura da II Internacional e da versão stalinista do materialismo histórico” (ARAÚJO, 2008: p. 150 e 147).

Pautando-se na visão histórica da *totalidade*, tal como proposta de Georg Lukacs e ancorada em sólida análise documental consultada nos mais diversos arquivos nacionais e internacionais, Thetis Nunes estabeleceu uma síntese evolutiva da história de Sergipe, desde os tempos coloniais até o século XX. A partir da concepção do fato social total, a historiadora objetivava, através do estudo do passado colonial, compreender problemas que marcam a vida sociopolítica sergipana até os dias atuais, procurando seguir os princípios da dialética (NUNES, 2006: p. 14).

Nem sempre essa proposta se concretizou na opinião do historiador Itamar Freitas, em sua análise sobre o livro *Sergipe Provincial*, lançado em 2001, ao afirmar que “a ideia de totalidade parece indicar, puramente, uma relação de causa e efeito entre o ‘todo’ e as ‘partes’”. Sua crítica se concentra na “repercussão dos acontecimentos de caráter ‘nacional’ em Sergipe”, na medida que a história das primeiras décadas de Sergipe Provincial é narrada a partir de “um longo desfiar de choques entre os donos do poder, influenciados pelos fatos que marcaram a vida nacional”, resultando em uma escrita centrada nos eventos político-administrativos (FREITAS, 2007: p. 232 e 231).

Como cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente e, portanto, podemos retificar versões do passado his-



tórico, é exatamente essa historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com toda a produção que procura superar (MALERBA, 2006: p. 15). Nesse sentido, a obra de Thetis Nunes permanece como referência incontornável para os assuntos sobre os quais se debruçou, especialmente por possibilitar uma abertura para novas searas, novos temas e novas abordagens do passado sergipano.

De um modo geral, as comunicações de pesquisa apresentadas por Thetis Nunes, em congressos nacionais, se concentraram nas reuniões anuais da SBPH, com exceção de uma comunicação de pesquisa publicada nos *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, ocorrido em Aracaju, no ano de 1975, e publicado em 1976, sob o título *A Ocupação Territorial da Vila de Ita-baiana: A disputa entre lavradores e criadores* (NUNES, 1976).

Com base no levantamento realizado em bibliotecas e arquivos, em torno dos textos publicados nos anais da SBPH, observamos que, apesar da existência de temáticas mais amplas relativas à História do Brasil e de Sergipe, como a Política Educacional de Pombal e sua repercussão no Brasil-Colônia (1983), o Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana (1994), as Câmaras Municipais e sua atuação na capitania de Sergipe D’El Rey (1995) ou O Sesquicentenário da mudança da capital da província de Sergipe (2005), há um nítido predomínio da perspectiva biográfica de análise das contribuições de Felisbelo Freire (1996), Manoel Bomfim (1997), Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre (2000), Silvio Romero (2001), entre outros, para a historiografia brasileira.

Nesse conjunto de comunicações de pesquisa, identificamos determinada ideia de história que é atravessada pelo julgamento e o exame de atores e acontecimento, com base no ideário iluminista, sobressaindo “a ideia de que o conhecimento (científico) liberta o homem da sua incivilização e é o todo-poderoso responsável pelo bem-estar espiritual e material” (FREITAS, 2007: p. 232).

Como apontou Astor Diehl, “o progresso moderno foi subsidiado pela esperança de que, por meio da unificação da razão filosófica e racionalidade científica pudesse ser instituída a ‘paz’ interna



nas sociedades, bem como o delineamento internacional”. Como categoria histórica, o progresso desenvolveu-se com o processo de modernização, na metade do revolucionário século XVIII, incluindo “as experiências históricas em uma única história com tendência a abraçar toda a humanidade”. Com a transformação da ciência em ciências, o iluminismo se constituía na unidade universal, cujas soluções disciplinares “pretendiam nos persuadir de que a redenção da humanidade estaria no futuro” (DIEHL, 2002: p. 23, 24 e 25)

Em continuidade ao conceito iluminista de progresso, a influência isebiana contribuiu para a consolidação da ideia, presente na obra de Thetis Nunes, de que a “utopia nacionalista” daria “por fim do ciclo do atraso”, convergindo para certo espírito ufanista da época. A emergência do novo e a vontade de mudança dariam o tom dos anos 1950 e início dos anos 1960, marcando, indelevelmente, a formação cultural da professora, em sua crença no progresso contra o obscurantismo e a estagnação (VELLOSO, 1991: p. 122).

Mesmo que mitigada, percebemos essa interpretação no texto sobre a política educacional de Pombal, quando afirmava que o Alvará de 28 de junho de 1759, de D. José I, que suprimia o monopólio dos jesuítas, na educação de Portugal e colônias, representava “uma síntese das ideias iluministas de Pombal, não um Iluminismo Revolucionário, anti-religioso, anti-histórico, mas reformista, humanista, que procurava laicizar a estrutura da sociedade portuguesa, mantendo, porém, a religião” (NUNES, 1993: p. 21).

As contradições do novo sistema educacional nas colônias são apontadas pela autora, quando afirmava que, apesar da situação caótica ocasionada pela expulsão dos jesuítas, “inicia-se uma nova etapa de sua evolução. Lentamente vai chegando à influência das reformas pombalinas, como atestam os estudantes que retornam da reformada Universidade de Coimbra”. Entre os aspectos positivos da reforma, exemplificou a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771), a contribuição do Frei José Mariano da Conceição Veloso, na escrita da *Flora Fluminense* e a criação, em 1800, do Seminário de Olinda, pelo Bispo Azeredo Coutinho, adepto do liberalismo econômico. Para ela, ao lado da escola religiosa, “surge a escola laica, de responsabilidade do Estado, marcando a dualida-



de de tendências do ensino brasileiro que vem até os nossos dias” (NUNES, 1993: p. 23 e 24).

Em 1994, ao se debruçar sobre as relações entre o Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana, a historiadora demonstrava sua preocupação com a permanência da dominação oligárquica, com práticas antidemocráticas, desde sua instalação, nas primeiras décadas do século XIX, até a contemporaneidade. Na sua instalação com o Conselho de Governo, em 23 de junho de 1824, presidido pelo Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, nomeado pelo imperador Pedro I, em 25 de novembro de 1823, os representantes eleitos se vinculavam à classe dominante dos proprietários de terras e escravos, isto é, membros da aristocracia açucareira. Nesse trecho, a autora destacou o combate desses setores ao então secretário do governo, Antônio Pereira Rebouças, tanto pela cor, quanto pelas ideias progressistas, cujo tema seria aprofundado, na reunião da SBPH, em 1997, destacando a importância de Rebouças, na política imperial, para além da conturbada atuação em Sergipe. No ano de 1824, o Conselho teve destacada atuação contra os “corcundas”, elementos reacionários liderados pelo Comandante de Armas, Manuel da Silva Daltro, que resultou em sua renúncia, em favor do presidente Manuel da Silveira. Nesse sentido, sua avaliação sobre o conselho, até sua extinção em abril de 1834, foi considerada positiva, pois estava atento também às questões educacionais. Além disso, o conselho preocupou-se com a fixação dos limites entre Sergipe e Bahia, tema que marcaria a historiografia sergipana (NUNES, 1994: p. 211-212).

Após a reforma constitucional de 1834, há uma intensificação das rivalidades, na Assembleia Provincial, exacerbada com a revolta da vila de Santo Amaro, em 1836, quando se confrontaram o Partido Conservador e o Liberal. De todo modo, a composição mantinha-se vinculada aos proprietários de terras e escravos. Entretanto, a partir dos anos 1850, observou-se a participação de bacharéis, vinculados a esses setores. Essa tendência se intensificou com a Assembleia de 1876, quando se constituíram em maioria vinculada ao Partido Conservador contra o Presidente Antônio dos Passos Miranda. Em sua conclusão, afirmara que as cinco décadas de exis-



tência da Assembleia Provincial pouco legado deixou, marcado pela violência e corrupção (NUNES, 1994: p. 213).

A renovação só se daria com o Partido Republicano, idealizado por jovens tributários das ideias de Tobias Barreto, “denunciando a estrutura sociopolítica do Império, a alienação e a necessidade de mudanças profundas em benefício do povo brasileiro”. Entretanto, a Proclamação da República não alterou o comando do poder, mantendo-se a violência pela posse do poder. Mesmo a Revolução de 1930, pouco impactou, nesse cenário, com o interregno do Estado Novo, segundo a autora. Ainda que a capital tenha votado, em massa, em Yedo Fiúza, candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, mantiveram-se a política de clientela, o paternalismo e a violência. Sua leitura mostrava-se pouco otimista, afirmando que, mesmo com algumas transformações estruturais, a manipulação paternalista e o clientelismo ainda dominam a política contemporânea em Sergipe (NUNES, 1994: p. 214-215).

Sobre as Câmaras Municipais e sua atuação na capital de Sergipe D’El Rey, reiterou seu papel considerável, na estrutura colonial brasileira, no protesto contra as arbitrariedades do poder metropolitano, seguindo a interpretação de Felisbelo Freire (NUNES, 1996: p. 85). Para ela, esses órgãos colegiados “se colocaram à frente das reivindicações populares, denunciando o lançamento de impostos extorsivos, e os abusos cometidos por capitães-mores, ouvidores e membros do clero” (NUNES, 1995).

Esse resumo e a comunicação apresentada na reunião da SBPH (1995) antecipava suas reflexões para o livro *Sergipe Colonial II* (1996), no qual estudou a dinâmica do poder na Capitania de Sergipe D’El Rey, com ênfase nas “dificuldades da administração colonial em Sergipe, ante a prepotência dos senhores e [d]o banditismo de chefes locais, repercutindo nos conflitos entre autoridades e criando uma situação de instabilidade que se apresentava como caótica” (OLIVA, 2022: p. 15).

Sobre a emancipação política de Sergipe, a historiadora dissertou sobre o bicentenário do baiano Antônio Pereira Rebouças e sua



passagem pela província de Sergipe, personagem que travara contato quando da escrita do seu livro *História de Sergipe a partir de 1820* (1976), despertando-lhe interesse, por sua já citada atuação, como secretário, na presidência da província do Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira (20/11/1823 a 15/02/1825).

A animosidade dos “donos do poder”, com Antônio Pereira Rebouças, que, de fato, governava a província, foi verificada pela historiadora, em documentação existente no Arquivo e Biblioteca nacionais, sob a suspeita de incentivar rebeliões dos homens de cor e a difusão das ideias da Revolução Pernambucana, de 1824, em defesa da república. O importante potentado local, Sebastião Gaspar de Almeida Boto, afirmou que o advogado baiano pertencia a uma suposta sociedade revolucionária baiana, que incentivava a eliminação de brancos para instituir uma república de pretos e mestiços, como ocorrera em São Domingos, nas Antilhas. Nessa documentação, que reverberava na imprensa local, “Rebouças era tratado com desprezo, sempre ressalta sua condição de mulato”. A devassa contra ele realizada, em 1825, no Tribunal de Relação da Bahia, foi considerada nula por falta de provas (NUNES, 1997: p. 262).

A partir dos escritos por ele deixados na Biblioteca Nacional, Thetis Nunes enfatizou as contradições políticas do biografado entre a formação liberal, “haurida nos filósofos e enciclopedistas do liberalismo”, e “os interesses dos grupos sócio-econômicos baianos que o prestigiavam, e sem o apoio dos quais não teria condições de eleger-se”. Contrariando sua atuação em Sergipe, Antônio Pereira Rebouças assumiu “posição radical (...) contra a *Sabinada*, movimento revolucionário que explodiu na Bahia em 1837 liderada pelo médico Dr. Sabino Alves da Rocha Vieira” (NUNES, 1997: p. 264), defendendo ardorosamente a monarquia constitucional e combatendo o federalismo.

Ainda sobre esse período histórico de emancipação política de Sergipe, a professora retomaria o papel do General Labatut, em Sergipe, já trabalhado no livro *História de Sergipe a partir de 1820* (1978). Segundo ela, o primeiro governador nomeado, Brigadeiro Carlos César Burlamaque, chegou, em Sergipe, em meio à adesão da Bahia à Revolução constitucionalista do Porto, quando recebeu



correspondência da Junta da Bahia para o capitão-mor, Luís Antônio da Fonseca Machado, para que o nomeado não tomasse posse. Fiel a D. João VI, o capitão-mor deu-lhe posse, em 20 de fevereiro de 1821. Entretanto, Burlamaque acabou deposto, sendo preso e depois libertado, registrando essa experiência na *Memória Histórica e Documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d’El Rey*, datado de 17 de julho de 1821 (NUNES, 1999: p. 251-252).

Ao longo do texto, a historiadora descreveu a luta entre os autonomistas e os recolonizadores de Sergipe à Bahia, a partir das classes sociais. A posse do Brigadeiro Pedro Vieira de Melo representava a facção recolonizadora de Sergipe, defendida por parte dos portugueses aqui radicados e maioria dos senhores de engenhos, por conta da dependência econômica da praça de Salvador, tendo como opositores os grupos vinculados ao “*status* médio urbano e alguns senhores de terra ligados, principalmente, às atividades pastoris” (NUNES, 1999: p. 252).

Relacionando os acontecimentos nacionais com os locais, a autora afirmava que ao governo luso da Bahia interessava a manutenção do controle do território sergipano para o fornecimento de mantimentos às “tropas recolonizadoras aquarteladas em Salvador”. Do Rio de Janeiro, partiram, em 14 de julho de 1822, tropas, lideradas pelo General Pedro Labatut, para restabelecer a adesão da Bahia ao governo do príncipe regente. Ante o avanço das tropas do general, com o apoio de João Dantas Reis Portátil, abastado senhor de terra, os aliados de Madeira de Melo se viram obrigados a fugirem e entregaram o poder. Apesar das vitórias militares relevantes, em sua passagem por Sergipe, Labatut “se envolveu nos problemas locais, a começar pela dissolução da Junta Provisória”, presidida por José Matheus Leite Sampaio, capitão-mor da vila de Itabaiana, que conseguira unificar, momentaneamente, os senhores de terra e escravos. “Sob a influência dos senhores de engenho comprometidos financeiramente com os comerciantes lusos da Bahia, Labatut anulou a autonomia de Sergipe confirmada em 1º de outubro”. Contudo, em 5 de dezembro de 1822, D. Pedro restabeleceria o decreto de D. João VI, garantindo a autonomia da província e recolocando, no poder, a junta anteriormente deposta por Labatut. Na Bahia, sob a



pressão dos proprietários de terra e escravos do Recôncavo Baiano, o general foi afastado das tropas libertadoras, sendo preso, julgado e depois absolvido na corte. Segundo Thetis Nunes, em 3 de março de 1823, com a nova aclamação de D. Pedro I como imperador, encerrava-se a luta pela autonomia de Sergipe, integrando-se ao Brasil Império (NUNES, 1999: p. 254).

Revisitando o tema da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, Thetis explicou esse ato do Presidente da província, Inácio Barbosa, que pouca resistência teve por parte da população sergipana e dos políticos locais, a partir de fatores externos e internos. Condicionando os acontecimentos locais aos nacionais, situou a transferência da capital, relacionando-a ao processo de transformações estruturais de avanço do capitalismo, com a extinção do tráfico de escravos, a partir de 1850, e a política de conciliação, estabelecida pelo Marquês do Paraná, em 1853. No caso da província, vivia-se “uma etapa promissora em sua vida econômica com a expansão dos canaviais pelos vales férteis de massapê (...), beneficiada com a valorização do açúcar nos mercados internacionais” (NUNES, 2005: p. 187-188).

Cumprindo o programa do Gabinete de Conciliação, Inácio Barbosa conseguia manter-se acima das rivalidades político-partidárias, marcantes na política sergipana, ao longo do século XIX, destacando suas ações modernizadoras para a navegação, nas barras da província, especialmente, por criar a Associação Sergipana, com acionistas de diferentes partidos políticos. Também reorganizou a Guarda Nacional e reformou o Corpo Policial, além de regulamentar a educação, inclusive com a proibição do uso da palmatória, reorganizou a Biblioteca Pública. Entretanto, seu nome fixou-se, na história de Sergipe, com a resolução de transferência da capital para Santo Antônio do Aracaju, como medida para melhorar as atividades comerciais em expansão, combinada às funções política e econômica (NUNES, 2005: p. 189).

Sintoma desse projeto modernizante foi o planejamento da nova capital pelo capitão de Engenharia, Sebastião José Basílio Pirro, que estabeleceu um traçado em xadrez, baseado no rigor geométrico. A cidade planejada foi visitada pelo viajante alemão Avé L'Allement,



em 1859, que a retratou como primorosa e de bonita aparência, onde “se trabalha, por toda a parte se constrói, se cria”. Na visita de D. Pedro II e a Família Real, em 1860, em seu diário, o Imperador registrou o funcionamento normal da administração da nova Capital em prédios públicos próprios”. Para Fernando Porto, Inácio Barbosa fundou a primeira cidade livre de Sergipe, trazendo um novo elemento para o desenvolvimento da cidade: o comerciante. O falecimento precoce do presidente, considerado um “dínamo”, por Bonifácio Fortes, comoveu o povo de Estância e Aracaju. Para Thetis Nunes, o “grande homem é aquele que, captando a realidade do momento em que atua, seus problemas, para eles busca solução dentro das condições sócio-econômicas existentes”. Assim o fez Inácio Joaquim Barbosa, escrevendo “uma página importante da História da Província de Sergipe à qual incorporaria o seu nome” (NUNES, 2005: p. 191).

Nessa mesma perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da tradição iluminista de civilização e progresso, também a autora investiu em um conjunto de trabalhos sobre os intelectuais sergipanos e brasileiros, renovadores, na história das ideias no Brasil, fixando-se no “papel que o indivíduo exerce na história”, com destaque para “os sentidos da experiência histórica e da vivência dos homens que analisa” na “construção de um passado glorioso para o Brasil e seus intelectuais” (CARVALHO, 2007: p. 17, 18 e 19).

Nessas biografias de intelectuais, a crença iluminista no progresso contra o obscurantismo encontraria respaldo no nacionalismo isebiano, já que é “sob a perspectiva do nacionalismo histórico” que podemos afirmar, ideologicamente, a autora “no campo da história intelectual brasileira” (PINTO, 2011: p. 153).

Pertencente à Ilustração Brasileira e herdeiro do “bando de ideias novas”, da Geração de 1870, capitaneadas por Tobias Barreto e Silvio Romero, a proeminência de Felisbello Freire na historiografia sergipana deveu-se ao livro *História de Sergipe*, publicado, em 1891, e considerado como a “primeira tentativa de interpretação global da evolução histórica de Sergipe” (NUNES, 1996: p. 83).

Legando-nos “uma das mais importantes obras históricas do seu tempo”, Freire “valorizava a cultura histórica, rompendo as amarras



do pensamento religiosos, buscando uma visão laica do mundo”. Para ele, “o evolucionismo, levado para a História, a colocava como em um caminho verdadeiramente filosófico para olhar as sociedades, como um organismo cujas funções é (sic) preciso estudar, sintetizando por esse meio as leis que as dirigem” (NUNES, 1996: p. 84).

Apesar de críticas pontuais sobre a contaminação do anticlericalismo, na interpretação do papel da Igreja, na formação sergipana, Thetis Nunes destacava que, apesar da influência do evolucionismo e do determinismo, “a estrutura social dominante de Sergipe o preocupou, aparecendo em diversas de suas interpretações históricas”, tanto nas arbitrariedades e prepotência das classes dominantes e da impunidade de seus crimes, quanto no papel das Câmaras Municipais como “única voz que se levantou contra as arbitrariedades das autoridades metropolitanas” (NUNES, 1996: p. 85).

58

Ao lado de João Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, entre outros, Felisbelo Freire pode ser considerado como um dos “intelectuais precursores do nacionalismo na interpretação da realidade brasileira” (NUNES, 1996: p. 86).

Em continuidade a essa interpretação, Thetis Nunes aproximou o livro *Brasil Nação*, de Manoel Bomfim, publicado em 1931, com a obra de Gilberto Freyre, no sentido de analisá-lo “como antropólogo, cientista social e historiador”. Sua produção historiográfica deve ser interpretada a partir do nacionalismo, cujas posições “levariam os adversários a classificá-lo como *lusóforo*, *indianófilo*, *xenóforo*” (NUNES, 1997: p. 34), mas também das ideias socialistas de Marx, Engels e Jaurès, já que sua “lusofobia”, na interpretação do passado, convivia com novos instrumentos, entre os quais o marxismo, na percepção da luta de classes, no desenrolar da História.

A postura antimonárquica e anti-imperialista de Bomfim se manifestava tanto na denúncia da construção historiográfica áulica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, defensora do regime monárquico, quanto da participação decisiva do imperialismo britânico para a compra da “independência do Brasil” (NUNES, 1997: p. 34), a postura imperialista da política externa brasileira na bacia

do Prata ou ainda a assinatura, em segredo, da “miserável tríplice aliança”, na Guerra contra o Paraguai (NUNES, 1997: p. 36).

Sua visão nacionalista colocou a luta contra D. Pedro I, que desembocaria na “abdicação”, como uma vitória do Partido brasileiro liberal-democrata contra o Partido português, conservador e reacionário. Sobre o período regencial, Bomfim entendia que “os sucessivos levantes (...) como reação aos *moderados*, que não atendiam aos reclamos da nação. Estes seriam vencedores, esmagando os *exaltados*, vistos como *facciosos* e *desordeiros*”. Ao elogiar o Padre Diogo Antônio Feijó como o mais distinto da política monárquica no Brasil, ele se posicionava como crítico “impiedoso do 2º. Império e do Imperador”, no processo da maioridade. Em resumo, a “*política de conciliação*, do marquês do Paraná, não teria senão uma forma de tentar substituir a política de *camarilha*, iniciada com a maioridade, responsável pelo revezamento no poder dos dois partidos, mesmo sem suporte no Parlamento” (NUNES, 1997: p. 35).

Como uma revolução inconclusa, sem as medidas necessárias de incorporação dos ex-escravos à sociedade brasileira, a abolição só foi possível com a ação dos militares, que se negaram prender os escravos fugidos. Mesmo relevando a tradição republicana, na história do Brasil, Bomfim criticava o Manifesto de 1870, pela falta de conteúdo ideológico, afirmando que a república se instalara como uma “democracia de mentira”, dominada pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Como em relação à Feijó, durante a monarquia, o escritor sergipano valorizaria o radicalismo republicano, de Floriano Peixoto. Assim, explicitava a frustração diante da república, tanto na sua fundação quanto na chamada revolução de 1930, pois, segundo ele, um dos seus males de origem foi a “ostensiva intervenção dos quartéis” (NUNES, 1997: p. 37).

De certa forma, a obra de Nelson Werneck Sodré, entre meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, encontraria um precursor, nas últimas publicações de Manoel Bomfim, em que nacionalismo e marxismo se combinariam, na interpretação do passado, influenciando, decisivamente, a obra de Thetis Nunes, tanto pela dialética marxista, quanto por considerar a história como “ciência suprema,



assinalando a mudança como essência da vida social”. Dentre os livros do historiador marxista, a autora elogiaria o que trata da História da Literatura no Brasil, pela capacidade de ir além do “simples arrolamento de obras e autores”, destacando, como defensora da “sergipanidade”, nessa obra, o papel de Tobias Barreto como “um revolucionário no campo jurídico” e Silvio Romero como “agitador de ideias” (NUNES, 2000: p. 24).

Nas obras *Formação Histórica do Brasil* (1962), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *História Militar do Brasil* (1965), o nacionalismo foi o *leitmotiv* da obra do historiador marxista, em busca da emancipação da nação brasileira. Ao mesmo tempo, Thetis Nunes pôs em relevo as antologias sobre o marxismo, publicadas pelo autor durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, realçando a sua aversão aos mecanicismos do marxismo vulgar, que tanto combateu (NUNES, 2000: p. 26).

60

Sob a coordenação da professora Cecília Maria Westphalen, a mesa redonda, em comemoração aos cem anos de Gilberto Freyre, na reunião anual da SBPH de 2000, contou com a colaboração de Maria Thetis Nunes, que enfatizou sobre as inovações historiográficas presentes na trilogia freyreana de *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959).

Sobre o primeiro livro, a historiadora destacou a influência revolucionária da antropologia cultural de Franz Boas para rever a sociedade patriarcal, alicerçada no latifúndio, na escravidão e na família. Como na sua análise da obra de Manoel Bomfim, Thetis Nunes afirmava que Freyre, ao valorizar o negro na formação brasileira, trouxe a distinção entre pessoa e escravo, a partir da história social, denunciando o sistema da escravidão (NUNES, 2000: p. 48).

Assim, o historiador pernambucano

desafiava o prestígio das doutrinas de superioridade das raças puras, que o colonialismo cultural fizera florescer para justificar o imperialismo político moderno, sobretudo procurando deixar explícita a diferença entre raça e cultura (NUNES, 2000: p. 48).

Em *Sobrados e Mucambos*, o impacto das atividades mercantis e artesanais resultou nas transformações cidadinas, onde sobressaíam o bacharel e o mulato. Já em *Ordem e Progresso*, tratou-se da desintegração da sociedade patriarcal e semi-patriarcal, para uma melhor compreensão do passado e do futuro da sociedade brasileira. Além da trilogia, ela realçou os livros *Um Engenheiro Francês do Brasil* (1939) e *Inglêses no Brasil* (1948) como complementares para se compreender a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre no Brasil (NUNES, 2000: p. 48 e 49).

Uma das principais preocupações da historiadora era retirar a pecha de antimarxista de Gilberto Freyre, utilizando-se dos prefácios da primeira edição (1933) e do da quinta edição (1946) e de pensadores como Astrojildo Pereira, Darcy Ribeiro e Nelson W. Sodré, para afirmar que o autor pernambucano “buscou, sobretudo, a independência cultural brasileira”, constituindo-se em “valiosa contribuição para a historiografia brasileira” (NUNES, 2000: p. 51).

No mesmo diapasão comemorativo, o sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero, em 2001, motivou a historiadora a escrever sobre a influência do “bando de ideias novas” da Geração de 1870 na conformação do pensamento do escritor sergipano, em um eclecismo que ia do

positivismo comteano ao materialismo de Buckler e científico-naturalista de Haeckel, ao transformismo de Darwin, se deteve no evolucionismo de Spencer, nele se baseando para a interpretação da sociedade brasileira. Buscou, também, a antropologia de Gobineau e Amon, a sociologia de Le Play, da História de Taine e Buckle (NUNES, 2002: p. 60).

Observamos, neste texto, a presença de dois elementos fundamentais do ideário marxista isebiano, na obra de Silvio Romero: a luta antiimperialista e a crítica ao latifúndio. A ação imperialista, na Ásia e África, especialmente, a Guerra dos Boers, levaria o autor sergipano a uma campanha acirrada contra a concentração de colônias alemãs, no sul do Brasil. Segundo a autora, mesmo influenciado



pela antropologia racista de Gobineau a Lapouge, ele “presentiu que essas teorias se prestavam a justificar a política imperialista das grandes potências” (NUNES, 2002: p. 60)

A crítica ao latifúndio, como obstáculo ao desenvolvimento do país, decorria da atuação das oligarquias regionais, “com todos os males e abusos, que ainda hoje existem em algumas regiões brasileiras”. Nesse sentido, opunha-se ao federalismo, seguindo a tradição centralista que remontava ao Visconde de Uruguai, no império, e que se desdobraria nas ideias de Oliveira Vianna, nos anos 1920 e 1930. Neste sentido foi sua crítica ao sistema educacional brasileiro, tratando-o como artificial e alienado, realçando a importância do Estado contra os particularismos existentes (NUNES, 2002: p. 61).

Portanto, Sívio Romero foi um precursor da interpretação nacionalista da realidade brasileira, “que o fez pesquisar a alma do nosso povo”, pois entendia “que as raízes da arte literária deveriam ser encontradas no povo”. Mesmo que incidindo no equívoco de confundir raça e cultura, valorizou a contribuição dos elementos brancos, negros e indígenas para a formação do povo no Brasil. Para a autora, Romero buscava a construção de um “Brasil progressista, livre dos erros e males do passado, e impondo-se no cenário internacional” (NUNES, 2002: p. 61 e 62).

Vinculada à tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, herdeira da tradição republicana e das ideias de Tobias Barreto, Sívio Romero e de João Ribeiro, Thetis Nunes “revelou-se como historiadora voltada para a construção da identidade do sergipano” (DANTAS, 2012: p. 366). Nos textos sobre esses intelectuais, vemos uma preocupação com a renovação das ideias no Brasil, na busca por “uma leitura comum de passado e um projeto comum de futuro. Esse projeto de futuro era pautado na construção de uma civilização no Brasil” (SANTOS, 2014: p. 114).

Ao mesmo tempo, esse fazer biográfico dialogava com a cultura intelectual do nacionalismo isebiano, como podemos verificar, nos textos sobre Sívio Romero e Nelson Werneck Sodré, no sentido de que esse nacionalismo se apresentava como “libertação”, isto é, “a



consciência nacionalista não seria, pois, uma falsa consciência nem poderia servir como instrumento de dominação de classe; ao contrário, consciência lúcida e clarividente, serviria à revolução brasileira” (TOLEDO, 2001: p. 50).

Considerando-se uma “marxista não ortodoxa”, Thetis apropriou-se das ideias da visão dialética da história e da primazia dos fatos sociais e econômicas, na sua interpretação histórica sobre Sergipe. Ao contrário de Nelson Werneck Sodré, a historiadora sergipana utilizou-se de uma leitura acadêmica do marxismo, para a construção de sua obra, renunciando a seus aspectos revolucionários e abdicando da ideia de que o historiador é um agente transformador (REZENDE, 2008: p. 189).

Se, em seus textos dos anos 1970, as citações de autores marxistas não eram explícitas, nas comunicações de pesquisa e nos seus livros dos anos 1980 e 1990 não mais se censurava, utilizando-se de conceitos marxistas, inspirada em Sodré e Lukács, como vimos anteriormente. Por certo, o dossiê sobre a professora-historiadora, realizado pelos órgãos de informação da ditadura empresarial-militar, que a manteve sob vigilância, explica essa postura, que se mostrou altiva por suas posições contrárias à ditadura empresarial-militar, conforme registro dos agentes de segurança (ARQUIVO NACIONAL, 1990).

No necrológio de José Calasans, Cecília Westphalen (2001: p. 143) afirmara que a SBPH fora criada contra os “quadros de ferro da ideologia marxista que sufocavam as universidades brasileiras”, na década de 1980. Mesmo não compartilhando dessa posição ideológica, Thetis Nunes atuou, nas reuniões da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, principalmente, nos anos 1990 e início do século XXI, preocupada com a busca de uma história científica de Sergipe, pautada na objetividade dos fatos, mas, principalmente, revelando o aporte renovador dos intelectuais sergipanos para a historiografia brasileira.



Referências

- ARAÚJO, Ruy Belém de. Fundamentos do materialismo histórico. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- ARQUIVO NACIONAL/FSAEPR. Dossiê: BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_III_900009044_d0001de0001.pdf., 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912/2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação*. Bauru (SP): EDUSC, 2002.
- FINLEY, Moses I. O “progresso” na historiografia. In: *História antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 (Coleção O homem e a história).
- FONTES, José Silvério Leite. O Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe. *Cadernos da UFS*. São Cristóvão, n. 1, Universidade Federal de Sergipe, 1972.
- FONTES, J. S. L. Entrevista. In: *Cadernos UFS História*. São Cristóvão (SE): EDUFS, v. 02, n. 03, julho, dezembro, 1996. p. 07-18.
- FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na Casa de Sergipe (1913-1999)*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2002.
- FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007.
- GEMINIANO, Wagner. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Vitória (ES): Editora Milfontes, 2020.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. - Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. *História da Historiografia*. Ouro Preto, Nº 22, dezembro 2016, pp. 134-151 (doi: 10.15848/hh.v0i22.1147).
- MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.



NUNES, Maria Thetis. Silvio Romero e Manuel Bonfim, pioneiro de uma ideologia nacional. In: *Cadernos da UFS*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1976.

NUNES, Maria Thetis. Ocupação Territorial da Vila de Itabaiana, 1976. Separata dos *Anais do VIII Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1976.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. V. 1 (1820-1831). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, INL, 1978.

NUNES, Maria Thetis. A Política Educacional de Pombal e sua repercussão no Brasil-Colônia. Separata dos *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1983.

NUNES, Maria Thetis. O Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana. *Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Salvador: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1995.

NUNES, Maria Thetis. As Câmaras Municipais. Sua atuação na Capital de Sergipe D’El Rey. *Caderno de Resumos da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1995.

NUNES, Maria Thetis. As Câmaras Municipais. Sua atuação na Capital de Sergipe D’El Rey. *Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba: SBPH, 1996.

NUNES, Maria Thetis. A Contribuição de Felisbello Freire à Historiografia Brasileira. Separata dos *Anais da XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Curitiba, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1996.

NUNES, Maria Thetis. O Brasil Nação, de Manoel Bonfim, na Historiografia Brasileira. Separata dos *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1997.

NUNES, Maria Thetis. O bicentenário do baiano Antônio Pereira Rebouças, sua passagem pela província de Sergipe. *Anais da XVIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998.

NUNES, Maria Thetis. A passagem do General Labatut pela Província de Sergipe. Sua importância nas lutas pela independência na Bahia. *Anais da XIX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1999.



NUNES, Maria Thetis. Nelson Werneck Sodré, o historiador. *Anais da XX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2000.

NUNES, Maria Thetis. O sesquicentenário de Silvio Romero. *Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2002.

O Sesquicentenário da mudança da capital da província de Sergipe. *Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2005.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. 2ª. Edição. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 14.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de. A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, Nº 48, 2018, p. 27-38.

OLIVA, Terezinha. A herança de Maria Thetis Nunes para um Sergipe Bicentenário. In: NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 3ª. Edição. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

OLIVEIRA, Norberto Rocha de. *Maria Thetis Nunes: Uma contribuição para a historiografia sergipana*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1997 (monografia de graduação).

PINTO, João Alberto da Costa. Nacionalismo e História em Nelson Werneck Sodré (1911-1999). *Revista Espaço Acadêmico*. Ano X, n. 119, abril de 2011, p. 151-163.

REZENDE, Antônio Paulo. História e Materialismo Histórico. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

SANTOS, Lourival Santana & NUNES, Maria Thetis. *Catálogo de Documentos e Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão: Editora da UFS/Departamento de História, 1999.

SANTOS, Magno Francisco de J. A revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE,



- Samuel B. de M.; SANTOS, Magno Francisco de J. e SANTOS, Ane Luíse Mecenas (orgs.). *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014.
- SANTOS, Maria Nely. *Professora Thetis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.
- SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Marechal Cândido Rondon (PR): PPGH/ UNIOESTE, 2019 (Tese de Doutorado).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Textos de Formação Histórica do Brasil, 3).
- TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré e a historiografia brasileira*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 1991.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Perda irreparável. José Calasans (1915-2001). *Revista da SBPH*. Curitiba, n. 20, p. 143, 2001.



